

Representação Feminina Conservadora: uma análise comparada do plano nacional e subnacional brasileiros

Thamires Costa Rodrigues Lima¹

O artigo apresenta um panorama da representação feminina nacional e subnacional brasileiros. Analisa-se comparativamente a ascensão de candidaturas conservadoras nas eleições de 2018 para as casas legislativas. Investiga-se se a vitória eleitoral de pautas de direita, constatada no legislativo nacional, foi disseminada em âmbito subnacional, ou se este processo se mostrou distinto em termos de dinâmicas locais. Especialmente, indagamos se ocorreu uma verticalização significativa entre a disputa eleitoral federal e o âmbito subnacional, a partir da inserção de mulheres conservadoras na disputa política, e do possível crescimento generalizado dessa narrativa e de suas candidaturas. Diante do contexto da "Guerra cultural", a disputa política sobre temas morais, principalmente em torno dos direitos humanos, essa análise marca sua importância e contribui para a compreensão da crise democrática brasileira. A composição da legislatura nacional e subnacionais servirão como dados primordiais para esta pesquisa, assim como o sucesso eleitoral partidário nas legislações subnacionais. A partir desses dados podemos concluir que as eleições subnacionais possui a própria lógica, e que a eleição de mulheres por grupos partidários não possui um padrão específico quando comparada ao voto a Bolsonaro.

1. Possíveis entendimentos acerca da representação política

A questão da representação é um tema clássico e entrelaçado com a teoria democrática. Pensadores clássicos como Hobbes, Locke, Burke, Madison e Rousseau versaram sobre diversas problemáticas da representação. A visão autorizada, formalística, a visão dos interesses, a liberalista, e até a impossibilidade da representação indireta foram abordadas, hoje em dia, entretanto, a literatura se debruça sobre o tema de uma outra forma: uma crise da representação pelo seu distanciamento da população. Neste presente trabalho buscaremos debater sobre a questão da democracia e da representação, um pequeno debate sobre os tipos de representação: substantiva, descritiva e simbólica, a crise democrática e a especificidade do gênero perante a participação feminina.

É impossível se pensar na democracia liberal moderna sem pensar na questão da representação. A impossibilidade da democracia direta, derivada do pensamento grego, nos leva a pensar na questão da representação, não apenas quem representa, mas também o que é representar. Pitkin (1967) por exemplo explana que o conceito de representação não é fixado, e portanto, possível de ser pensado através de diversas linhas. É viável se pensar a

¹ Aluna integrante do programa de pós graduação em ciência política da Universidade Federal de Campina Grande

representação através do relacionamento do representante e do representado, sobre o que pode ser considerado como representação, e também como a representação se interliga com outros conceitos como liberdade e justiça.

De forma resumida, tendo em vista o escopo deste trabalho, podemos debater sobre a visão autorizada, a forma formalística, a representação descritiva, a representação simbólica, e o que Pitkin (1967) denomina de representação como “acting for”, entendida como a representação de interesses e representação de pessoas que possuem interesses, esses últimos como movimentos de fato distintos. Pitkin (1967), sobre a visão autorizada e sua relação com a obra de Hobbes, discorre que a representação do tipo autorizada se baseia em conceitos meramente formal, segundo a autora esse processo não foca no meio que a representação ocorre. Sendo assim, a visão autorizada, aquela no qual os indivíduos autorizam a outro agirem por ele, de forma irrestrita, apenas tem uma vinculação no momento no qual tal autorização é feita, sendo assim, não há nenhuma obrigação com o ato de representar o povo, pois tudo estaria previamente autorizado.

Já em sua crítica a visão formalística Pitkin (1967) afirma que a esta visão não permite um entendimento completo sobre a representação, ou seja, de acordo com essa linha não poderíamos entender uma boa ou má representação. A representação então são de certa forma pode ser entendida como caixa preta, formada a partir do representante e seu próprio direito de agir como deseja, de forma individual, fazendo com que a atividade de representar está restrita ao ato em si, não podendo ser qualificado (PITKIN, 1967, p.39). Já a representação descritiva e simbólica podem ser entendidas como de forma entrelaçadas, mas há uma diferença significativa entre simbolizar e representar. A representação descritiva é entendida a partir de uma correspondência do corpo legislativo com a nação, ou seja, compreendida como uma miniatura da sociedade buscando espelhar a opinião pública (PITKIN, 1967). A representação proporcional, dentro dessa lógica, busca retratar divisões do eleitorado, de uma forma correspondente a comunidade e seus interesses e opiniões. Entretanto, a representação não é uma réplica perfeita da sociedade, mas pode ser entendida como uma exposição, pois há um processo de distância, pois é uma *representação* e não há coisa em si (PITKIN, 1967, p. 74).

Já a representação simbólica pode ser entendida através da possibilidade de reconhecimento. Ou seja, o representante e a representação não são iguais, e muito menos semelhantes, mas há uma possibilidade de assemelhação, ou um compartilhamento de características. A representação simbólica então, pode ser derivada de uma representação

descritiva (PITKIN, 1967), porém, ambos os tipos não estão necessariamente ligados com uma ação ou atividade de representar, já que esse tipo de representação seria a substantiva.

Sendo assim, e partindo de um entendimento de uma representação descritiva e uma representação substantiva, os movimentos sociais vão buscar formas de adentrar a política institucionalizada, e um dos grupos que faz esse movimento é o movimento feminista, que também, concebe uma teoria que dá destaque a questão de gênero, ou seja, um meio de entender o mundo, e em particular a democracia por uma outra lente.

Em seu cerne a teoria feminista tem como questionamento a divisão das esferas pública e privada. A crítica feminista então, segundo Biroli e Miguel (2013, p.8) se define ao "[...]vincula[r] a submissão de mulher na esfera doméstica a sua exclusão da esfera pública", deixando claro então, que ambas as esferas estariam embricadas e possuem impactos recíprocos, e portanto, há uma possibilidade de compreender a exclusão, e, posteriormente, a subrepresentação feminina a partir de uma lógica que priorize as explicações que possuem o conceito de gênero no seu cerne.

É com o desenvolvimento desses debates que a importância das mulheres na esfera política é debatida através da lógica da representação descritiva e substantivas: mulheres fazem parte da sociedade e portanto deveriam ser representadas e mulheres possuem interesses particulares, são argumentos usados para a ampliação e importância da representação feminina. Assim a chamada política do desvelo, que possui como argumento a presença feminina para uma mudança do "[...]do caráter agressivo da atividade política[...]" e que as "[...] mulheres trariam para a política uma valorização da solidariedade e da compaixão, além da busca genuína pela paz; áreas hoje desprezadas no embate políticos[...]" (BIROLI e MIGUEL, 2013, p.24) porém, tal retórica pode ser usada e entendida como uma essencialização, e até mesmo uma armadilha para a representação feminina, na qual as mulheres seriam insuladas em assuntos específicos e a estereótipos de gênero.

Sendo assim a teoria feminista serve como alicerce para pensar em prejuízos de grupos sociais que sofrem diversas formas de opressões. Biroli e Miguel (2013) destacam que a participação na política institucional está ligada a recursos específicos, e que a incorporação, e portanto, a representação destes grupos se torna uma pauta principal na teoria democrática.

A representação feminina pode ser explicada por diversos fatores sendo eles econômicos, sociais, culturais e até mesmo condições e aspectos do sistema político e eleitoral. Desposato e Norrander (2009) argumentam por exemplo que os diversos níveis de participação política na América Latina estão ligados a diferentes tipos de políticas públicas,

especificamente de educação. Enquanto Schwidt-Bayer (2010) destaca desenhos institucionais e a diversidade de cotas, a autora discorre sobre como sistemas proporcional e majoritário, assim como magnitudes distritais, e onde se aplica a cota - candidaturas ou assentos, assim como suas sanções são fatores que implicam em um maior ou menor número de mulheres na política.

Paston, Kunovich e Hughes (2007) em sua análise comparada também destaca o sistema eleitoral e em particular a importância de sistemas proporcionais. Já Wangnerud (2009) destaca que para além de cotas formais é necessário também mecanismos nos quais partidos políticos empreguem mulheres em situações reais de serem eleitas para além de uma mera candidatura.

No Brasil o sistema eleitoral as eleições legislativas se caracterizam pelo sistema proporcional, enquanto o sistema partidário exibe uma fragmentação partidária significativa, segundo Araújo (2010), a questão de ser um sistema proporcional atrelado a fragmentação pode ajudar a mulheres a serem inseridas na política pois há um estímulo significativo para entrada de novos atores e demandas, e que isso, também ocasionaria um efeito contágio em outros partidos. Araújo (2010, p.199) também indica dois pontos de extrema importância, o primeiro ao afirmar que “No que diz respeito à dimensão ideológica, a literatura indica que o engajamento político das mulheres tem sido bem mais estimulado e, de certa forma, condicionado, pelos partidos de esquerda.” nos levando a pensar se no Brasil, a composição partidária das mulheres brasileiras é empiricamente distinta dado ao fenômeno do anti petismo e da crescente polarização nas eleições de 2018.

No que tange as mulheres no espectro ideológico de direita, Araujo afirma que houve um aumento de candidatas mulheres em tais partidos, e que pode ser lido como um efeito contágio, tendo em vista que a esquerda monopolizaria tal agenda. Segundo a autora, tais processos - de disseminação de inclusão de gênero - podem ser vistos até em partidos mais conservadores (ARAÚJO, 2010, p.199).

Dentro dessa dinâmica particular sobre o gênero, ainda se insere as questões de uma crise democrática na qual diversos autores versam sobre a democracia liberal e o problema da representação. Autores como Castells (2017), Mounk (2019), Brown (2019) e Casullo (2019), por exemplo versam sobre o desenvolvimento da democracia liberal e processos iliberais encabeçados por líderes conservadores, e como esse processo faz com que elementos chaves da democracia entrem em ruína. Sendo assim, a questão de direitos humanos, e principalmente de gênero, se inserem como elementos primordiais do discurso presente nesse dinamismo.

Nesse estudo em particular amparados pela teoria da representação, teoria feminista e levando em conta os diversos processos que impactam a representação feminina vamos analisar o desenrolamento da representação feminina em legislaturas subnacionais e como esse processo está relacionado com o espectro partidário, assim como seu relacionamento com a legislatura nacional. Buscamos entender se o fenômeno da representação feminina possui padrões partidários, regionais, ou até mesmo uma ligação com as eleições presidenciais.

2. Metodologia

A presente pesquisa é uma pesquisa quantitativa e possui sua base de dados a partir de dados secundários disponibilizados para o público pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Será analisado o número de mulheres candidatas a deputadas estaduais e federais, e as mulheres eleitas a estes cargos nas eleições correspondentes aos anos de 2014 e 2018. A partir desses dados será especificado seus partidos - das candidatas e das eleitas - e os estados onde as mulheres foram eleitas, assim como uma análise a partir dos campos ideológicos - Direita, Esquerda e Centro.

A organização de partidos de campos ideológicos seguirá a organização de Power e Zucco (2009), Codato, Bolognesi e Matos (2015), e Codato, Berlatto e Bolognesi (2018). Será analisado então a partir dos campos ideológicos se houve ou não um crescimento, principalmente, no campo de direita, tendo em vista a polarização presente nas eleições de 2018, e se há uma correspondência com a eleição do então candidato Jair Bolsonaro, até então, membro do PSL, sendo assim, será analisado também as eleições presidenciais de 2018 por cada estado da união.

QUADRO 1 - Divisão Partidária

Esquerda	PC do B, PCB, PCO, PDT, PPL, PSB, PSOL, PSTU, PT
Centro	PMDB/MDB, PMN, PPS, PROS, PSDB, PV, PHS
Direita	PT do B/AVANTE, PSDC/DC, DEM, PATRIOTA, NOVO, PODEMOS/PTN, PP/Progressistas, PR, PRB, PRP, PRTB, PSC, PSD, PSL, PTB, PTC, SOLIDARIEDADE

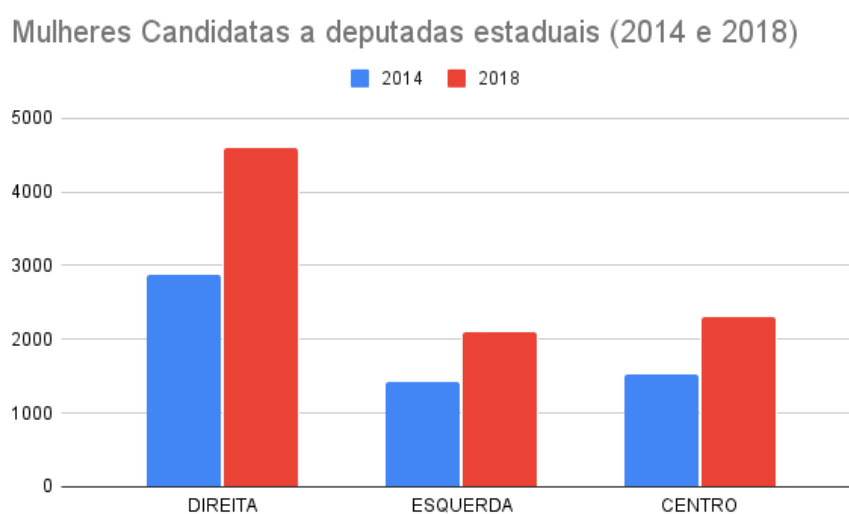
Fonte: Quadro construído pela autora de acordo com Codato (2015), Power e Zucco (2011) e Codato, Berlatto e Bolognesi (2018)

Um outro dado que será levado em conta, também disponibilizado pelo TSE, é o número total de candidatos de cada partido. Este dado será analisado atrelado a obrigatoriedade da cota eleitoral estabelecida pela Lei 9.504, que estabelece coeficientes de 30/70 para cada sexo, ou seja, para estabelecer se de fato as candidaturas das mulheres estão crescendo é necessário entender se é um crescimento específico de mulheres, ou se em contra partida houve um crescimento de candidatos do total, fazendo com que o número de mulheres se altere mas não seus percentuais.

3. Mulheres nas Legislaturas Subnacionais de 2014 e 2018

A partir deste aporte teórico analisaremos as deputadas estaduais a partir da divisão partidário, e uma análise dentro dessas divisões buscando entender se algum partido em específico mostra uma grande alteração, e se a denominada guerra cultural se apresenta em diversos níveis para além da disputa eleitoral presidencial.

GRÁFICO 1 - Mulheres Candidatas a deputadas estaduais 2014 e 2018

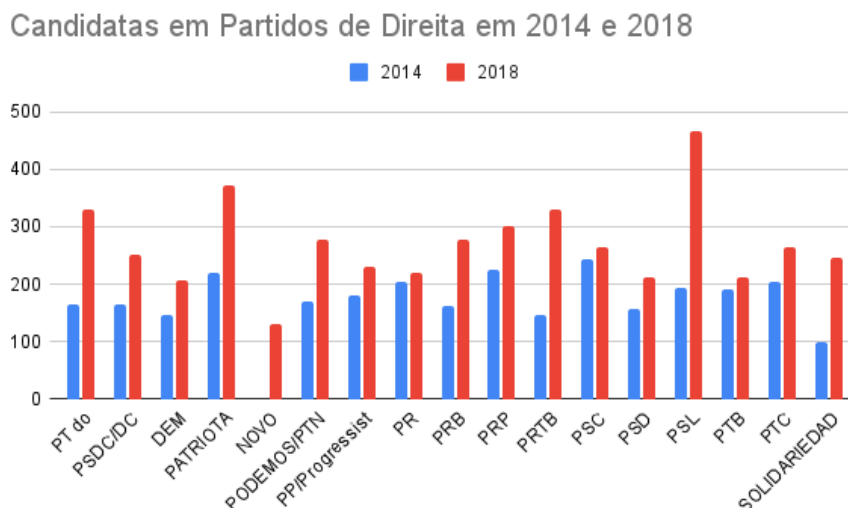


Fonte: Gráfico construído pela autora com dados do TSE

Em relação às candidaturas de deputadas estaduais podemos ver um aumento em todas as ideologias partidárias (Direita, Esquerda e Centro), sendo assim mostrando um aumento significativo no total de mulheres partidárias, em números totais as candidaturas de mulheres subiu de 5.660 para 9.221, sendo um aumento de 62%. Em termos partidários a Direita mostrou o maior aumento (de 59.9%, em 2014 foram 2869 e em 2018 apresentaram

4589 candidaturas femininas), seguido pelas candidaturas de Centro (50.4%, em 2014 com 1375 e em 2018 com 2097) e Esquerda (48.3%, em 2014 com 1416 e em 2018 foram 2101 candidaturas).

GRÁFICO 2 - Candidaturas femininas em Partidos de Direita em 2014 e 2018²



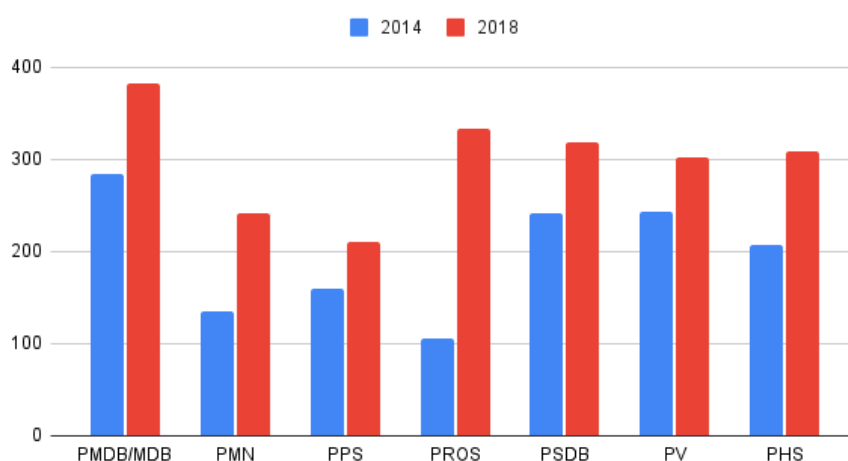
Fonte: Gráfico construído pela autora com dados do TSE

Em termos de partidos podemos ver que na Direita os países com mais candidaturas foram o PT do B/AVANTE, Patriota, PRTB, PSL e SOLIDARIEDADE. O PT do B/AVANTE mostrou um aumento de 100% das suas candidaturas femininas, em 2014 o partido apresentou 165 candidaturas, enquanto em 2018 foram 331. Já o Patriota apresentou um crescimento de 67.8% (221 candidaturas em 2014 e 371 no ano de 2018), o PRTB teve um aumento de 126% nas suas candidaturas femininas (146 em 2014 e 330 em 2018), o PSL e o o SOLIDARIEDADE apresentaram os maiores crescimento sendo respectivamente um aumento de 140% (194 em 204 e 467 em 2018) e 150% (98 candidaturas em 2014 e 245 em 2018).

GRÁFICO 3 - Candidaturas femininas em Partido de Centro em 2014 e 2018

² É importante ressaltar que o partido NOVO, apesar da sua fundação no ano de 2011, só tem seu registro definitivo no ano de 2015, impossibilitando uma comparação entre as eleições.

Candidaturas femininas em Partidos de Centro (2014 e 2018)

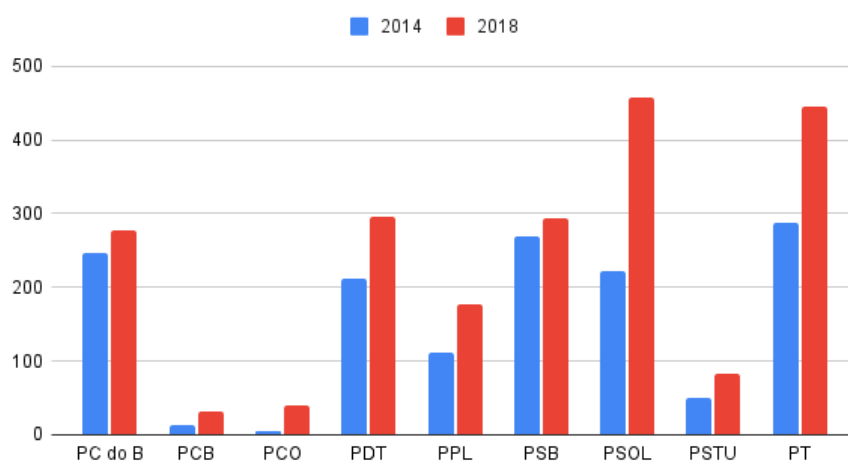


Fonte: Gráfico construído pela autora com dados do TSE

Já nas candidaturas de Centro podemos ver um aumento em todos os partidos. Os maior crescimento foi no partido PROS, em 218% (105 candidatura em 2014 e 334 em 2018), seguidos pelo PMN com 78% (135 e 241), PHS com 49% (207 e 309), PMDB/MDB com 34,5%, PPS com 32,7 (139 e 211) e PSDB com 31% (241 e 318) e por último o PV com 23% (244 e 302).

GRÁFICO 4 - Candidaturas de Mulheres em partidos de Esquerda em 2014 e 2018

Mulheres Candidatas em Partidos de Esquerda (2014 e 2018)



Fonte: Gráfico construído pela autora com dados do TSE

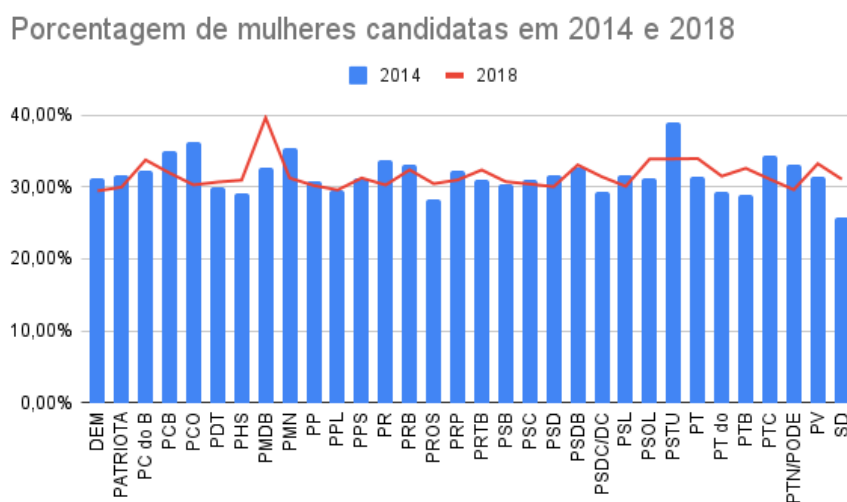
Em relação às candidaturas lançadas por partidos de Esquerda os maiores crescimentos foi do PCO com 900% (4 candidaturas em 2014 e 40 candidaturas em 2018),

seguido pelo PCB com 121% (14 e 31) e PSOL com 106% (222 e 458), já o PPL, PT e PSTU apresentaram respectivamente crescimentos de 59% (111 e 177), 55% (287 e 446), e 50% (51 e 82), e por fim os crescimento do PDT com 39% (212 e 295), PC do B (14 e 31) e PSB com 9.6% (269 e 294) o menor crescimento.

Sendo assim, independente da questão ideológica, todos os partidos apresentaram crescimento nas candidaturas femininas. Podemos destacar partidos como PROS, PSL, SOLIDARIEDADE, PRTB, PCB e PSOL. As candidaturas do PCO entretanto, apesar de um grande percentual de crescimento ainda aparecem como números tímidos de um partido que ainda busca uma maior presença no cenário subnacional. Entretanto, quando abordamos as candidaturas femininas é imprescindível uma análise do total de candidaturas do partidos, tendo em vista a obrigatoriedade estabelecida pela Lei das Eleições (9.504/1997) de coeficientes de 30/70 para cada sexo.

Ou seja, os partidos que apresentaram um grande crescimento de mulheres podem ter tido em contrapartida um aumento significativo de candidaturas masculinas, fazendo com que o partido tenha tido o crescimento em candidaturas femininas, mas não necessariamente um crescimento para além do que é obrigatório pela Lei de Cota.

GRÁFICO 5 - Porcentagem de mulheres candidatas em 2014 e 2018



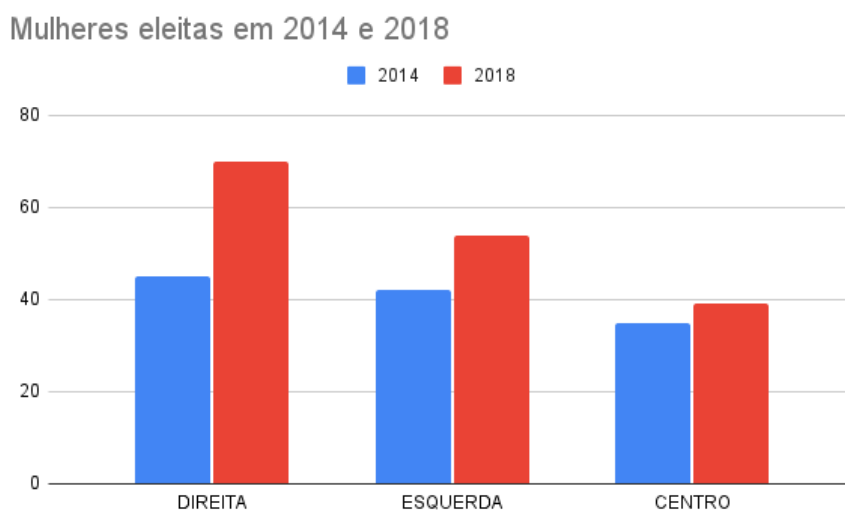
Fonte: Gráfico construído pela autora com dados do TSE

Em termos de percentuais do total de candidaturas podemos ver que poucos partidos se aproximam de 40% de candidaturas femininas, sendo o maior percentual do PMDB com 39% em 2018. Já partidos como SOLIDARIEDADE e PROS que tiveram crescimentos

significativos na eleição de 2014 apresentaram percentuais menores que 30%, o SOLIDARIEDADE com 25.7% e o PROS com 28%, atingindo em 2018 percentuais de 31% e 30.47%. Já partidos como PCB, PCO, PMN, PR, PSTU, PTC e PODEMOS fizeram o movimento contrário dos demais; esses partidos apresentaram uma diminuição na porcentagem de mulheres candidatas, porém em 2018 todos apresentaram um aumento em números de candidaturas femininas em relação ao ano de 2014, o que indica que houve também um aumento significativo de candidaturas masculinas.

Pensar no processo de candidaturas e a obrigatoriedade imposta pela Lei 9.504 pode nos ajudar a entender como há distorções significativas nos números de candidaturas e o número de mulheres eleitas em legislaturas subnacionais. Ou seja, há ritmos distintos no crescimento de mulheres candidatas e o crescimento de mulheres eleitas.

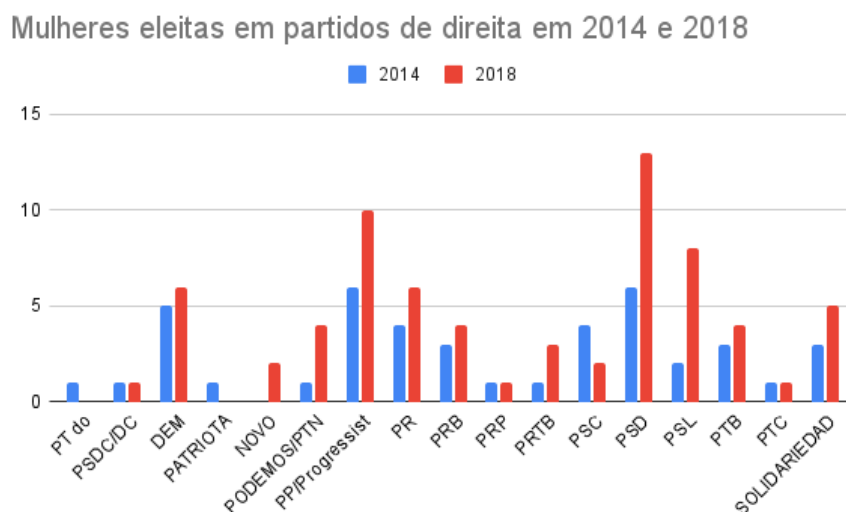
GRÁFICO 6 - Mulheres eleitas em 2014 e 2018 por Direita, Esquerda e Centro



Fonte: Gráfico construído pela autora com dados do TSE

Em 2014 a direita elegeu 45 mulheres, a esquerda 42 e o centro 35 deputadas estaduais. Em 2018 a direita permaneceu com o maior número de eleitas com 70 mulheres, a esquerda com 52 e o centro com 36. Os partidos de centro, por exemplo, apresentaram um aumento de 50% mas em termos de sucesso o seu aumento foi apenas de 2.8%. Já a Direita que teve o maior aumento em candidaturas 59.9%, teve em termos de eleitas um crescimento de 32%, enquanto a esquerda com 48.3% de aumento em candidaturas apresentou um crescimento de 28% em termos de mulheres eleitas.

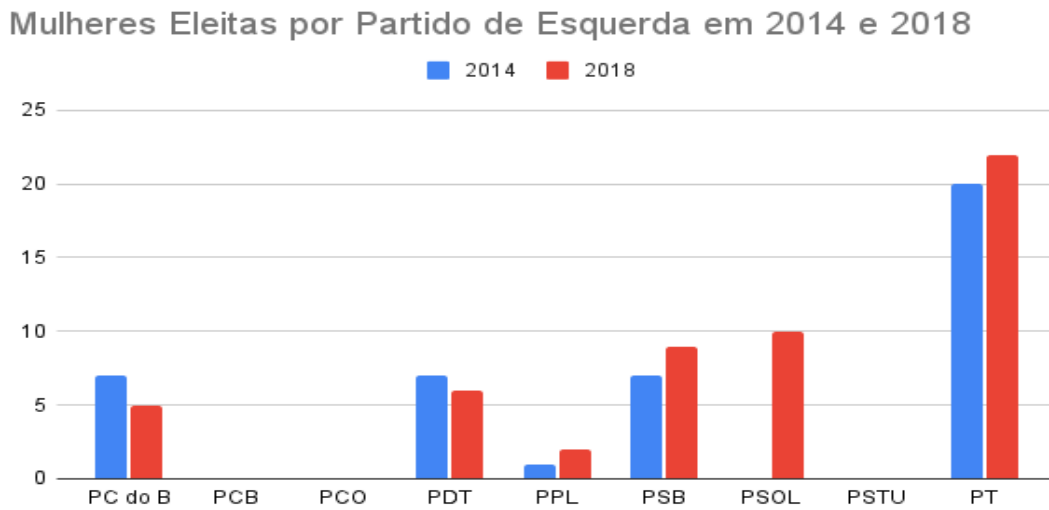
GRÁFICO 7 - Mulheres Eleitas em Partidos de Direitas em 2014 e 2018



Fonte: Gráfico construído pela autora com dados do TSE

Em relação aos partidos de Direita podemos ver que partidos como PT do B/AVANTE, Patriota e PR não conseguiram eleger mulheres como deputadas estaduais no ano de 2018. Já o PSDC/DC elegeu uma deputada em ambas eleições, assim como o PRP e o PTC. O DEM apresentou um acréscimo de uma mulher, em 2014 o partido elegeu cinco deputadas estaduais, e no ano 2018 foram eleitas seis pelo partido. O PRB, aumentou de três para quatro mulheres, assim como o PTB. O PRTB elegeu uma mulher em 2014, e em 2018 elegeu três. Já o PODEMOS elegeu apenas uma deputada estadual na primeira eleição, e em 2018 elegeu quatro deputadas. O SOLIDARIEDADE também teve um aumento em seu número de deputadas, de três para cinco. O PSD mais que dobrou o seu número de deputadas estaduais, de seis para treze deputadas. O PSL aumentou de duas deputadas para oito deputadas, quadruplicando seu número de deputadas estaduais. Já o PROGRESSISTAS aumentou de seis para dez mulheres, enquanto o e o PSC tiveram uma diminuição no seu número de eleitas, de quatro e duas deputadas estaduais em 2018 e 2014.

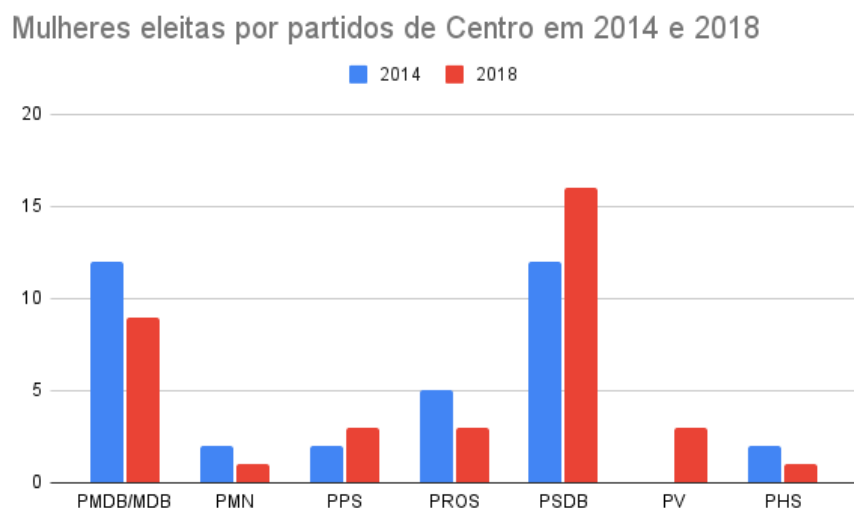
GRÁFICO 8 - Mulheres eleitas em partidos de Esquerda por 2014 e 2018



Fonte: Gráfico construído pela autora com dados do TSE

Já em partidos de Esquerda, podemos notar que apenas o PPL, PSB, PSOL e o PT tiveram aumento de eleitas. O PPL elegeu uma deputada estadual em 2014 e duas em 2018. Já o PSB elegeu 7 deputadas estaduais em 2014, e em 2018 foram nove. O PSOL teve um aumento considerável de nenhuma eleita em 2014 para 10 eleitas em 2018. O PT elegeu vinte deputadas na primeira eleição e 22 em 2018. Já o PC do B e o PDT apresentaram uma queda, o PC do B de 7 deputadas estaduais eleitas em 2014, foi para cinco eleitas em 2018, enquanto o PDT foi de sete eleitas para seis. Partidos como PCB, PCO e PSTU não elegeram nenhuma candidata em ambos os anos.

GRÁFICO 9 - Mulheres eleitas por partidos de Centro em 2014 e 2018



Fonte: Gráfico construído pela autora com dados do TSE

Já os partidos de Centro vemos que o PPS, o PSDB e PV apresentam aumento no número de eleitas. Enquanto PMDB/MDB, PMN, PROS, e PHS apresentam um declínio na sua capacidade de eleger mulheres. O PPS aumentou de duas deputadas estaduais para três em 2018. O PSDB aumentou o seu número de doze para dezesseis, o maior número dos partidos de centro. E o PV aumentou de nenhuma para três deputadas estaduais. Já o PMDB/MDB que possuía o mesmo número de mulheres que o PSDB em 2014 (12) decaiu para nove deputadas eleitas em 2018. O PMN de duas deputadas em 2014 elegeu apenas uma em 2018, enquanto o PROS foi de cinco para três deputadas e o PHS de duas para uma deputada.

Sendo assim, o achado mais importante é o entendimento que há uma crescente significativa nas candidaturas femininas em todos os aspectos ideológicos, porém esse crescimento não é acompanhado de vitórias nas eleições. O Centro por exemplo é o campo que possui mais distorções no aumento de candidaturas (50.4%) mas só conseguiu eleger uma mulher a mais em relação aos números de 2014. O crescimento expansivo de candidaturas do PSL, que no ano de 2018 teve Jair Bolsonaro como candidato a presidente, em certa medida é acompanhado de um aumento de mulheres eleitas, mas o partido apresenta o percentual de 30% de mulheres, o que sugere que houve um crescimento significativo também de candidaturas masculinas, mostrando um aumento de candidatos do partido como todo, o que pode ser explicado exatamente pelo crescente reconhecimento do candidato a presidência e do apoio ao mesmo.

Na direita o PSD também se apresenta como um partido que é uma potência ao eleger mulheres, foram treze em 2018, e em contrapartida ao PSL essa expansão não pode ser explicada ao apoio ao candidato a presidência, já que no ano de 2018 o PSD participou da coligação denominada 'Para Unir o Brasil', que tinha como candidato Geraldo Alekmin.

Já na esquerda vale ressaltar o crescimento de vitórias do PSOL em relação a suas mulheres, mostrando um potencial do partido e sua solidificação no ano de 2018. O PSOL não apresenta a mesma capacidade de eleger mulheres com o PT, o que mais elegeu na esquerda, e que apesar de um crescente sentimento anti-ptista e uma eleição bem polarizada ainda conseguiu eleger mais mulheres que o ano anterior.

Como dito, todos os campos ideológicos apresentaram um aumento nas mulheres eleitas, em 2014 foram 122 mulheres e em 2018 foram 150 mulheres, mesmo que muitos dos partidos não ofereçam mais do que 30% em candidaturas femininas, ou seja, cumprindo o

mínimo indicado pela obrigatoriedade das cotas, e apesar de casos como por exemplo as candidaturas laranjas para completar tal percentual, os avanços de mulheres nas legislações subnacionais é inegável.

4. As bancadas femininas nas subnacionais e o voto em Bolsonaro

Uma grande questão que se põe é a relação das mulheres eleitas e o processo de grande polarização da eleição do ano de 2018 e a questão do antipetismo. Ou seja, será que houve um impacto da eleição federal nas eleições de mulheres no cenário subnacional?

Na Tabela 1 podemos ver que a relação entre o voto a Bolsonaro e a eleição de mulheres de direita, ou até mesmo de esquerda, é independente. Estados onde Bolsonaro ganhou a eleição apresenta tanto o aumento de mulheres eleita pelos partidos de direita como a sua queda, assim como unidades federativas que não elegeram Bolsonaro apresentaram a mesma dinâmica.

No norte, onde apenas o Pará não seguiu o voto em Bolsonaro, o estado Acre por exemplo mostrou um recrudescimento nas eleições de mulheres, diminuindo o número de três eleitas para nenhuma. Já o estado do Amazonas o aumento da eleição de deputadas estaduais de direita e centro, com contra partida da perda de espaço da esquerda que em 2014 elegera 1 deputada e em 2018 nenhuma. Já o Pará, apresentou o maior crescimento de deputadas de direita, de nenhuma para seis eleitas, enquanto a esquerda de nenhuma elegeu duas, e o centro de três deputadas caiu para duas. Roraima e Rondônia também apresenta variações, em ambos estados Bolsonaro ganhou a eleição, porém em Rondônia as mulheres de direita perdeu um assento (de duas eleitas para uma) enquanto a esquerda ganhou uma eleita (de nenhuma no ano de 2014 para 1 em 2018), enquanto Roraima as mulheres de direita aumentaram seu número de eleitas (de uma para quatro) com a permanência da esquerda de nenhuma eleita e do centro de duas eleitas em ambas eleições.

Já na região Nordeste o então candidato Bolsonaro perdeu em todos os estados. Na Bahia, mostra um aumento da direita (de duas deputadas para quatro), porém com uma permanência de esquerda (cinco em ambos anos). No Ceará, teve um aumento das deputadas de Direita (de três para quatro), permanência da Esquerda (uma em ambas eleições) e uma queda nas mulheres eleitas pelo Centro (de três para uma). Já o estado de Pernambuco apresenta o aumento de mulheres em todos os aspectos ideológicos, na Direita acontece o aumento de duas para quatro deputadas, na esquerda de três para Cinco, e no Centro de zero para uma. Já Sergipe apresenta uma tendência própria, apesar de perder as eleições

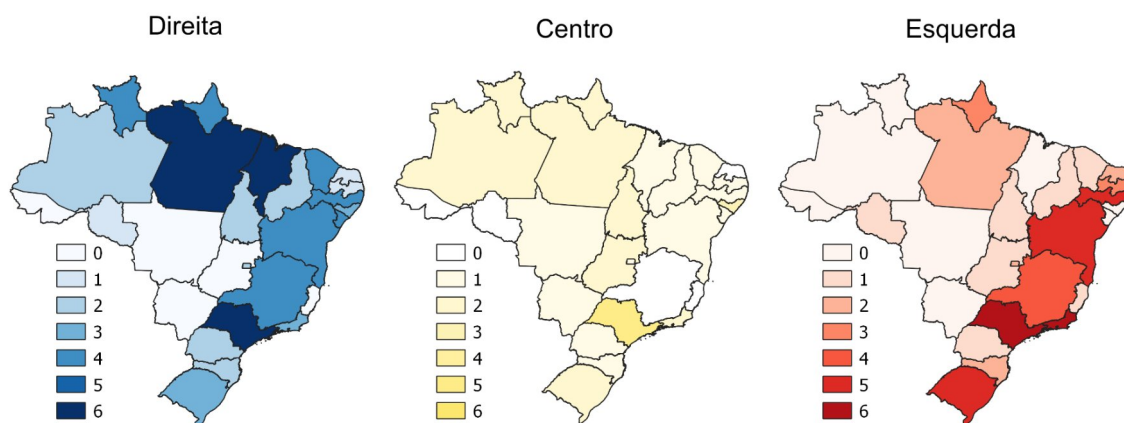
presidenciais, a Direita apresenta uma maximização no número de eleitas (de duas para quatro) em relação com a Esquerda (de duas para nenhuma eleita).

Já no sudeste, onde Bolsonaro ganhou em todos os Estados, em Minas Gerais, apresentou um número maior de deputadas pela Direita e Esquerda, o aumento de duas para quatro e de uma para quatro, e uma queda do Centro de duas para nenhuma. Enquanto no Rio de Janeiro,, o número de deputadas de direita permanece em três em ambas as eleições, mas o de esquerda sobe de três para seis. Em São Paulo houve um aumento de mulheres em todos os aspectos, a direita que em 2014 elegeu 2 consegue em 2018 potencializar seu número de eleitas para seis, enquanto a esquerda aumenta seu número de quatro para seis eleitas, e o centro de quatro para cinco.

No Sul, região na qual Bolsonaro também ganhou as eleições, mostra uma relação com as eleições estaduais a partir de uma lógica própria. No Paraná onde a direita e o centro permaneceu com o mesmo número de deputadas (duas e uma respectivamente) a esquerda conseguiu eleger uma mulher em 2018 em contrapartida a nenhuma eleita em 2014. Já no Rio Grande do Sul, há a permanência de cinco nomes de Esquerda e um crescimento da Direita (de uma para três) e do Centro (de uma para duas). Já Santa Catarina apresenta uma diminuição no número de mulheres de Direita e Centro, quando elegeram quatro e duas respectivamente em 2014, elegeram em 2018 duas e uma.

Imagem 1 - Mapa do Brasil de acordo com as deputadas estaduais eleitas por ideologia partidária

Deputadas estaduais eleitas no ano 2018 por partidos de Centro, Direita e Esquerda (TSE)



Fonte: Imagem construída pela autora com dados do TSE

Tabela 1 - Mulheres eleitas por estados de acordo com o seu espectro ideológico em 2014 e 2018

	2014			2018		
	DIREITA	ESQUERDA	CENTRO	DIREITA	ESQUERDA	CENTRO
AC	0	1	2	0	0	0
AL	2	0	0	3	0	3
AM	0	1	0	2	0	2
AP	2	3	3	4	3	2
BA	2	5	0	4	5	1
CE	3	1	3	4	1	1
DF	3	2	0	2	2	1
ES	2	0	2	0	1	0
GO	0	2	2	0	1	2
MA	2	2	2	6	0	1
MG	2	1	2	4	4	0

MS	2	0	1	0	0	1
MT	1	0	0	0	0	1
PA	0	0	3	6	2	2
PB	1	1	1	1	3	1
PE	2	3	0	4	5	1
PI	2	1	1	2	1	1
PR	2	0	1	2	1	1
RJ	3	3	2	3	6	2
RN	0	2	0	1	2	0
RO	2	0	1	1	1	0
RR	1	0	2	4	0	2
RS	1	5	1	3	5	2
SC	4	2	2	2	2	1
SE	2	2	0	4	0	1
SP	2	4	4	6	6	5
TO	2	1	0	2	1	2

Fonte: Tabela construído pela autora com dados do TSE

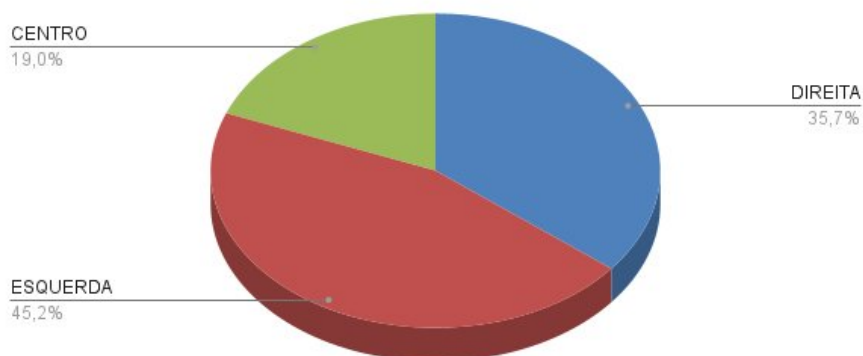
5. O âmbito nacional entre 2014 e 2018

Enquanto podemos ver que as eleições estaduais têm sua própria dinâmica, nas eleições a deputadas federais podemos ver uma maior relação com a eleição presidencial do ano de 2018, o que ocasionou uma mudança significativa dos planos ideológicos em conexão à eleição.

Em 2014 a Esquerda elegeu o maior número de mulheres, foram 19, enquanto a Direita elegeu 15 e o Centro oito. Já em 2018, a Direita se tornou o maior campo com 35 mulheres, a Esquerda também apresentou um crescimento, foram eleitas 21 mulheres, porém podemos considerá-lo tímido em comparação com a Direita. Já o Centro também apresentou um crescimento, de oito mulheres foram eleitas 13 em 2018.

GRÁFICO 10 - Deputadas Federais em 2014 por ideologia partidária

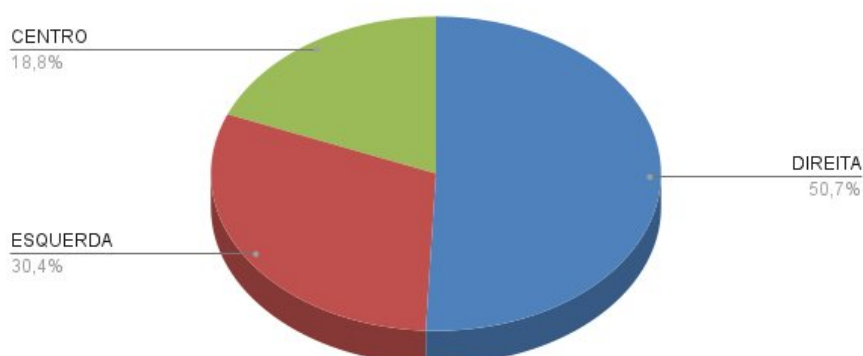
Deputadas Federais em 2014



Fonte: Gráfico construído pela autora com dados do TSE

GRÁFICO 11 - Deputadas Federais em 2018 por ideologia partidária

Deputadas federais em 2018



Fonte: Gráfico construído pela autora com dados do TSE

Ao passo que podemos ver um crescimento no total de mulheres, foram 42 eleitas em 2014 e 69 eleitas em 2018. Podemos ver um avanço claro no campo ideológico de direita, isso se dar principalmente pela eleições de mulheres no PSL, que na primeira eleição elegeu nenhuma mulher e em contrapartida em 2018 conseguiu oito assentos na Câmara dos Deputados Federais, o partido do então candidato Jair Bolsonaro, mostrando uma relação mais próxima da eleição presidencial.

Já dentro da esquerda podemos ver que apesar do antipetismo como narrativa, as mulheres do PT continuam sendo eleitas, foram 9 em 2014 e 10 em 2018 eleitas pelo partido.

Enquanto o partido PSOL mostrou um crescimento significativo, de nenhuma eleita em 2014 o partido elegeu 5 em 2018. Em relação ao Centro os partidos que se destacam são o PMDB/MDB e o PSDB que elegeram em 2014, 7 e 5 candidatas, e em 2018 o PSDB se destaca como o partido de Centro que mais elege mulheres com 8 e o PMDB/MDB elege apenas 4 candidatas.

6. Algumas considerações

A partir da análise das mulheres nas legislaturas subnacionais e nacionais temos alguns apontamentos substantivos sobre a presença de mulheres nestas legislaturas, mas também das dinâmicas presentes nas eleições estaduais e federais no Brasil entre o ano de 2014 e 2018, e como a corrida presidencial afeta cada uma destas esferas de forma singular.

Podemos ver nas eleições subnacionais efeitos das eleições presidenciais, principalmente um aumento de mulheres de direita de maneira significativa, porém, não há um padrão significativo que correlacione o aumento de mulheres de direitas com o voto a Bolsonaro. Há uma variação significativa, ou seja, em estados no qual o voto a Bolsonaro ocorre ambos o movimento de mulheres de direita: o aumento e a diminuição de seus números, e o mesmo ocorre em estados no qual o então presidente perdeu a corrida eleitoral.

É importante, entretanto, ressaltar o papel do PSL, que de fato ao ser o então partido do candidato à presidência, aumentou seus números de eleitas, tanto em subnacionais como no âmbito federal. Partidos como o PSD, PT, e PSDB também valem ser evidenciados como partidos que mais elegeu mulheres, o PSD apenas em âmbito subnacional, enquanto o PT e PSDB se destacam tanto na arena estadual como na federal.

Enquanto a obrigatoriedade da cota eleitoral de gênero podemos ver que as mulheres candidatas crescerem substancialmente, porém os partidos ainda cumprem o mínimo indicado (30%) das suas candidaturas para as mulheres, fazendo com que de fato haja um maior número de candidaturas, mas a viabilidade dessas mulheres serem eleitas depende de outros fatores para além da cota já que o crescimento de candidaturas é distinto do crescimento de eleitas, tantos nas subnacionais (31% de candidatas), como na esfera federal (32,22%).

Ao que tudo indica as lógicas das eleições nacionais e subnacionais podem ser entendidas como distintas das eleições presidenciais no que tange a eleição de mulheres. Porém, podemos ver que as eleições nacionais são muito mais impactadas pela corrida presidencial do que as subnacionais.

É importante entender como as mulheres se apresentam nas subnacionais e como a relação de gênero se entrelaça com as lógicas e articulações regionais, ou até mesmo estaduais. Há uma importante e robusta literatura sobre a representação feminina e sua importância, porém há uma soberania de estudos que possuem um enfoque nas legislaturas nacionais devido a sua importância. Porém é de suma importância entender como as mulheres se apresentam e concorrem neste outro nível eleitoral.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Clara. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. *Revista Estudos Feministas*, [S.L.], v. 18, n. 2, p. 567-584, ago. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2010000200016>.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe (org.). **Teoria Política Feminista: textos centrais**. Vinhedo: Horizonte, 2013.
- CODATO, Adriano. Metodologias para identificação de elites: três exemplos clássicos. In: PERISINOTTO, Renato; CODATO, Adriano(orgs.). *Como estudar elites*. Curitiba: Ed. UFPR, 2015. cap.1, p. 9-14.
- CODATO, André; BERLATTO, Fábica; BOLOGNESI, Bruno. Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica. **Análise Social**, Lisboa, v. , n. 229, p. 870-897, 10. 2018.
- DESPOSATO, Scott; NORRANDER, Barbara. The Gender Gap in Latin America: contextual and individual influences on gender and political participation. **British Journal Of Political Science**, [S.L.], v. 39, n. 1, p. 141-162, jan. 2009. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s0007123408000458>.
- LEMOS, Leany Barreiro de Sousa; RICCI, Paolo. Individualismo e Partidarismo na lógica parlamentar. In: POWER, Timothy; ZUCCO, Cesar. *O Congresso por ele mesmo. Autopercepções da classe política brasileira*. Editora UFMG, 2011.
- SCHWIDNT-BAYER, Leslie A.. **Political power and women's representation in Latin America**. New York: Oxford University Press, 2010.
- PAXTON, Pamela; KUNOVICH, Sheri; HUGHES, Melanie M.. Gender in Politics. **Annual Review Of Sociology**, [S.L.], v. 33, n. 1, p. 263-284, 1 ago. 2007. Annual Reviews. <http://dx.doi.org/10.1146/annurev.soc.33.040406.131651>.
- PITKIN, Hanna. **The Concept of Representation**. Los Angeles: University Of California Press, 1967.